

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente	60
-----------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.277.513	1.446.768	1.729.127
1.01	Ativo Circulante	241.983	165.398	301.275
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.196	5.070	216.746
1.01.02	Aplicações Financeiras	97.516	48.580	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	97.516	48.580	0
1.01.03	Contas a Receber	89.709	83.198	80.280
1.01.03.01	Clientes	89.709	83.198	80.280
1.01.03.01.01	Contas a Receber	89.041	82.608	79.758
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	668	590	522
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.082	2.997	515
1.01.07	Despesas Antecipadas	872	758	793
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.608	24.795	2.941
1.01.08.03	Outros	31.608	24.795	2.941
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	30.766	24.525	2.722
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Fornecedores	651	196	176
1.01.08.03.03	Outros Créditos	191	74	43
1.02	Ativo Não Circulante	1.035.530	1.281.370	1.427.852
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.614	114.875	103.413
1.02.01.07	Tributos Diferidos	48.063	58.302	38.028
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	237	331	320
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.314	56.242	65.065
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	322	394	440
1.02.01.10.04	Contas a Receber com Operações de Derivativos	31.992	55.751	64.528
1.02.01.10.05	Outros Créditos	0	10	10
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	0	87	87
1.02.03	Imobilizado	58.522	63.636	73.298
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	40.251	44.360	56.432
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.271	19.276	16.866
1.02.04	Intangível	896.394	1.102.859	1.251.141

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.04.01	Intangíveis	896.394	1.102.859	1.251.141
1.02.04.01.02	Intangível	813.496	0	0
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	82.898	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.277.513	1.446.768	1.729.127
2.01	Passivo Circulante	524.840	428.272	544.915
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.485	5.415	5.886
2.01.02	Fornecedores	24.575	32.869	29.072
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.082	32.731	29.016
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	493	138	56
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.834	20.544	25.475
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.675	13.120	18.907
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.186	0	10.554
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	13.489	13.120	8.353
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.159	7.424	6.568
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	7.159	7.424	6.568
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	239.683	182.174	378.730
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	195.428
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	163
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	195.265
2.01.04.02	Debêntures	239.683	182.174	183.302
2.01.05	Outras Obrigações	93.712	73.284	72.126
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	55.213	34.484	32.640
2.01.05.02	Outros	38.499	38.800	39.486
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.804	26.037	0
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	13.225	11.355	11.212
2.01.05.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	0	26.907
2.01.05.02.07	Outras Obrigações com o Poder Concedente	1.470	1.408	1.367
2.01.06	Provisões	139.551	113.986	33.626
2.01.06.02	Outras Provisões	139.551	113.986	33.626
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	139.551	113.986	33.626
2.02	Passivo Não Circulante	290.435	539.636	707.624
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	163.301	317.862	443.671

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.02	Debêntures	163.301	317.862	443.671
2.02.02	Outras Obrigações	0	17.688	14.579
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	17.688	14.579
2.02.04	Provisões	127.134	204.086	249.374
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.014	15.532	17.827
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	180	1.136	988
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	12.517	14.396	16.839
2.02.04.01.06	Provisões Tributárias	317	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	114.120	188.554	231.547
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	114.120	188.554	231.547
2.03	Patrimônio Líquido	462.238	478.860	476.588
2.03.01	Capital Social Realizado	399.910	392.376	422.376
2.03.04	Reservas de Lucros	62.328	86.484	54.212
2.03.04.01	Reserva Legal	21.070	18.355	7.420
2.03.04.02	Reserva Estatutária	12.834	11.809	10.715
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	56.320	36.077
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	28.424	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.363.738	1.318.604	1.203.592
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-934.833	-853.925	-782.223
3.02.01	Custo de Construção	-105.036	-108.365	-73.508
3.02.02	Provisão de Manutenção	-60.519	-53.657	-62.102
3.02.03	Depreciação e Amortização	-336.217	-277.924	-254.210
3.02.04	Custos com Obrigações Poder Concedente	-25.257	-22.861	-21.657
3.02.05	Serviços	-385.903	-371.003	-347.099
3.02.06	Custo com Pessoal	-10.367	-9.850	-9.269
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-3.279	-2.697	-2.602
3.02.08	Outros	-8.255	-7.568	-11.776
3.03	Resultado Bruto	428.905	464.679	421.369
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.393	-84.368	-85.273
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-93.001	-84.563	-87.664
3.04.02.01	Serviços	-47.945	-48.340	-47.138
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-7.465	-6.805	-7.673
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-16.224	-11.612	-9.613
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-909	-1.081	-1.138
3.04.02.05	Ressarcimento ao Usuário	-7.240	-4.863	-6.046
3.04.02.06	Campanhas e Eventos Promocionais	-6.326	-2.975	-3.774
3.04.02.07	Incentivo Fiscal	-1.660	-2.240	-1.440
3.04.02.08	Outros	-5.083	-6.520	-10.842
3.04.02.09	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-149	-127	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.091	2.497	4.712
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-483	-2.302	-2.321
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	339.512	380.311	336.096
3.06	Resultado Financeiro	-38.151	-67.399	-112.354
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	301.361	312.912	223.742
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.383	-94.201	-75.344
3.08.01	Corrente	-86.144	-114.475	-83.611

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.08.02	Diferido	-10.239	20.274	8.267
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	204.978	218.711	148.398
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	204.978	218.711	148.398
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,59186	1,69851	1,15246
3.99.01.02	PN	1,59186	1,69851	1,15246
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,59186	1,69851	1,15246
3.99.02.02	PN	1,59186	1,69851	1,15246

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	204.978	218.711	148.398
4.03	Resultado Abrangente do Período	204.978	218.711	148.398

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	516.543	570.255	576.244
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	665.047	624.846	608.947
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	204.978	218.711	148.398
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.239	-20.274	-8.267
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	343.682	284.729	261.883
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	483	2.302	2.323
6.01.01.05	Juros e Variação Monet. sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	42.474	53.184	88.643
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-10.609	-8.312	-3.658
6.01.01.08	Variação Cambial s/ Empréstimos e Financiamento	0	-4.071	-36.193
6.01.01.09	Resultado de Operações com Derivativos (Fair Value Option)	-19.321	12.953	57.684
6.01.01.10	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	139	152	37
6.01.01.11	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	2.913	-13	6.763
6.01.01.12	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo e Cessão Crédito com Partes Relacionadas	974	1.496	2.077
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	60.519	53.657	62.102
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	26.623	29.083	25.365
6.01.01.16	Variação Cambial sobre Fornecedores Estrangeiros	4	-8	15
6.01.01.17	Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.949	1.257	1.775
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-148.504	-54.591	-32.703
6.01.02.01	Contas a Receber	-6.572	-3.002	-66.625
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	16	-79	69.955
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	2.002	-2.482	5.061
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	-149	50	-348
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	-455	-20	2.168
6.01.02.06	Fornecedores	-8.298	3.805	-5.301
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	5.051	1.267	1.598
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70	-471	166
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	79.532	117.639	63.934
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-78.242	-122.570	-58.492
6.01.02.11	Realização de Provisão de Manutenção	-136.011	-45.373	-43.489

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.12	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-7.380	-3.539	-1.759
6.01.02.13	Obrigações com Poder Concedente	62	41	111
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	1.870	143	318
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-172.908	-165.574	-89.337
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-18.809	-12.426	-19.184
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-105.163	-104.568	-70.153
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgates	-48.936	-48.580	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-327.509	-616.357	-316.954
6.03.01	Dividendos Pagos	-223.833	-160.402	-131.634
6.03.04	Cessão Onerosa com Partes Relacionadas (Pagamento Juros)	-989	-1.591	-2.094
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Captações)	59.904	0	0
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamento de Principal)	-161.604	-346.017	-76.647
6.03.07	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamento Juros)	-27.619	-40.429	-47.280
6.03.08	Liquidação de Operações com Derivativos	26.632	-37.918	-59.299
6.03.09	Redução de Capital	0	-30.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.126	-211.676	169.953
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.070	216.746	46.793
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.196	5.070	216.746

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	392.376	0	86.484	0	0	478.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	392.376	0	86.484	0	0	478.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.534	0	-7.534	-28.005	0	-28.005
5.04.01	Aumentos de Capital	7.534	0	-7.534	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-28.005	0	-28.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	204.978	0	204.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.978	0	204.978
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16.622	-176.973	0	-193.595
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.274	-39.698	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	-56.320	-137.275	0	-193.595
5.06.05	Dividendo Adicional Proposto	0	0	28.424	0	0	0
5.07	Saldos Finais	399.910	0	62.328	0	0	462.238

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-30.000	0	0	-30.632	0	-60.632
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-30.632	0	-30.632
5.04.08	Redução de Capital	-30.000	0	0	0	0	-30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	218.711	0	218.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.711	0	218.711
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.272	-188.079	0	-155.807
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	63.176	-63.176	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	-30.904	-124.903	0	-155.807
5.07	Saldos Finais	392.376	0	86.484	0	0	478.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.889	0	28.752	0	0	437.641
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.889	0	28.752	0	0	437.641
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.487	0	-18.779	0	0	-5.292
5.04.01	Aumentos de Capital	13.487	0	-13.487	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-5.292	0	0	-5.292
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.398	0	148.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.398	0	148.398
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.239	-148.398	0	-104.159
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	44.239	-44.239	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-104.159	0	-104.159
5.07	Saldos Finais	422.376	0	54.212	0	0	476.588

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	1.494.232	1.442.088	1.315.140
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.483.772	1.433.903	1.311.482
7.01.02	Outras Receitas	10.609	8.312	3.658
7.01.02.01	Juros Capitalizados	10.609	8.312	3.658
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-149	-127	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-652.906	-631.325	-585.993
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-418.131	-401.767	-378.138
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.220	-67.536	-72.245
7.02.04	Outros	-165.555	-162.022	-135.610
7.02.04.01	Custos de Construção	-105.036	-108.365	-73.508
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-60.519	-53.657	-62.102
7.03	Valor Adicionado Bruto	841.326	810.763	729.147
7.04	Retenções	-343.682	-284.729	-261.883
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-343.682	-284.729	-261.883
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	497.644	526.034	467.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.571	98.058	188.629
7.06.02	Receitas Financeiras	76.571	98.058	188.629
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	574.215	624.092	655.893
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	574.215	624.092	655.893
7.08.01	Pessoal	23.879	18.841	16.734
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.689	15.276	13.436
7.08.01.02	Benefícios	2.978	2.425	2.345
7.08.01.03	F.G.T.S.	776	750	636
7.08.01.04	Outros	436	390	317
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	219.865	213.407	186.715
7.08.02.01	Federais	150.288	146.649	124.365
7.08.02.02	Estaduais	396	365	331
7.08.02.03	Municipais	69.181	66.393	62.019
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	125.493	173.133	304.046

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.01	Juros	124.846	172.670	303.489
7.08.03.02	Aluguéis	647	463	557
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	204.978	218.711	148.398
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	28.005	30.632	0
7.08.04.02	Dividendos	137.276	124.903	104.159
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.697	63.176	44.239

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária da Rodovia Presidente Dutra foi constituída em 1995 e tem por objetivo exclusivo a exploração da Via Dutra, nos termos do “Contrato de Concessão” com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 0291/93 para a concessão da Rodovia Presidente Dutra.

A rodovia cobre o trecho de 402,2 quilômetros da Via Dutra (BR-116). Trata-se de uma rodovia federal com trechos urbanos, sendo dividida de forma convencional com duas faixas em cada sentido e com acostamentos pavimentados.

O número de veículos pedagiados em 2018 foi de 86.140.599 e em veículos equivalentes bidirecionais foi de 127.008.541.

Quase a totalidade de nossa receita advém da cobrança de pedágios na ViaDutra. Em 2018, 97,76% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 2,24% de outras receitas.

1.3. Destaques de 2018

Destaque financeiro

Em relação aos dividendos e juros sobre capital próprio, vide notas explicativas nº 15c e 15d.

Destaque operacional

Em 2018, a Rodovia Presidente Dutra atingiu o menor índice de vítimas fatais desde 1996, ano em que a CCR NovaDutra assumiu a sua administração. Neste período, as mortes na Via Dutra foram reduzidas de 520 ocorrências, registradas em 1996, para 130 registradas em 2018, o que significa queda na ordem de 75%. As estatísticas são ainda mais favoráveis considerando o aumento progressivo do volume de tráfego na rodovia neste período, chegando a uma redução de 87% no índice de mortos.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Mercado

As operações da Companhia estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente os negócios, tais como aumento na taxa de inflação, CDI, ausência de crescimento econômico interno, instabilidade social, política monetária, entre outros.

Relatório da Administração

2.2. Desempenho da CCR NovaDutra

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 1.258.702 (+4,00%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 204.978 (-6,28%);
- O EBITDA atingiu R\$ 683.194 (+2,73%);
- O EBIT atingiu R\$ 339.512 (-10,73%).

Em R\$ mil	2018	2017	Var. %
Receita líquida	1.363.738	1.318.604	3,42%
Receita de pedágio	1.350.917	1.297.371	4,13%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	105.036	108.365	-3,07%
Outras receitas	27.819	28.167	-1,24%
(-) Deduções da receita bruta	120.034	115.299	4,11%
(-) Custos e despesas (a)	1.024.226	938.293	9,16%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	105.036	108.365	-3,07%
Demais custos e despesas	919.190	829.928	10,76%
EBIT (b)	339.512	380.311	-10,73%
Margem EBIT	24,90%	28,84%	-3,9 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	26,97%	31,42%	-4,5 p.p.
(+) Depreciação/amortização	343.682	284.729	20,70%
EBITDA (b)	683.194	665.040	2,73%
Margem EBITDA	50,10%	50,44%	-0,3 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	60.519	53.657	12,79%
EBITDA ajustado	743.713	718.697	3,48%
Margem EBITDA ajustada (e)	59,09%	59,38%	-0,3 p.p.
Lucro líquido	204.978	218.711	-6,28%
Dívida bruta	403.062	500.036	-19,39%
Investimentos caixa (incluindo manutenção)	259.983	162.367	60,12%
Veículos equivalentes (em milhares)	127.009	128.044	-0,81%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção.

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "j") e 14 - Provisão de manutenção.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

2.2.1 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 1.350.917 um aumento de 4,13% sobre 2017. O incremento das receitas de pedágio é consequência do reajuste tarifário ocorrido em agosto

Relatório da Administração

de 2018, o qual gerou um aumento da tarifa média praticada de 5,56%. A tarifa de pedágio da Via Dutra passou de R\$ 14,40 para R\$ 15,20 (vigente a partir de 03 de agosto de 2018). O aumento ocorreu principalmente por conta da variação de 4,39% no índice inflacionário que corrige a tarifa (IPCA) e da inclusão de investimentos na rodovia (obras de segurança – implantação de barreiras de concreto, defensas metálicas e atenuadores de impacto, entre outros).

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R\$ 27.819, apresentando uma diminuição de 1,24%.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram um aumento de 9,16% em relação a 2017, perfazendo o montante de R\$ 1.024.226. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos uma variação de 4,49%, perfazendo um montante de R\$ 489.732. Os principais motivos das variações estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 105.036 ficando praticamente em linha com 2017 (-3,07%). Os valores de investimentos da Companhia acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Maiores detalhes no item 2.2.6;
- A provisão de manutenção é uma curva contratual para manutenção de pavimento e sinalização horizontal, que atingiu R\$ 60.519 (+ 12,79%) se comparado a 2017. O aumento ocorreu devido à alteração (redução) na taxa de desconto (7,54%) das provisões futuras para gastos com manutenção de pavimento e sinalização de todas as concessionárias de rodovias. A redução da taxa aumentou o valor da curva futura de manutenção, trazendo impacto negativo a valor presente (ajuste em dez/18).
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 343.682 no ano de 2018. O crescimento de 20,70% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação e da proximidade do fim do contrato de Concessão em fevereiro de 2021;
- Os custos contratuais totalizaram o montante de R\$ 25.257 e apresentaram um aumento de 10,48%, principalmente em função da contabilização de franquia de sinistros;
- Os custos de serviços totalizaram R\$ 433.848 no ano de 2018, apresentando um aumento de 3,46%. O aumento deve-se, principalmente, à reposição inflacionária entre os períodos;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 26.591 registrando aumento de 23,90%. Apesar da diminuição do quadro de colaboradores, houve aumento por consequência das rescisões trabalhistas e também, maior pagamento na participação dos lucros e resultados da Companhia;
- Os outros custos (serviços públicos, aluguéis, marketing e outros), apresentaram um aumento de 5,08% e atingiram R\$ 29.293 no ano de 2018, principalmente em função das maiores contabilizações de provisões jurídicas.

2.2.3 Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro líquido foi de (R\$ 38.151) comparado a (R\$ 67.399) em 2017. A melhora se deve principalmente ao recuo dos indicadores macroeconômicos

Relatório da Administração

(IPCA e CDI) e menores despesas com juros, devido às liquidações, em 2017, de dois empréstimos em moeda estrangeira (notas promissórias modalidade 4131).

2.2.4 Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 204.978, apresentando um decréscimo de 6,28% em relação a 2017. A diminuição ocorreu, principalmente, em função do aumento da depreciação e amortização conforme citado no item 2.2.2.

2.2.5 Dívida

A dívida líquida da Companhia alcançou R\$ 284.272 em 2018, na comparação com os R\$ 446.386 de 2017, representando uma diminuição de 36,32% por conta da quitação de dois empréstimos em moeda estrangeira (modalidade 4131) em 2017.

Em 2018, houve a captação de R\$ 60.000 através de emissões de debêntures simples.

2.2.6 Investimentos

Os investimentos da Companhia somaram R\$ 259.983, sendo 60,12% maiores que em 2017. Neste ano, os principais investimentos realizados foram a implantação de 16 passarelas ao longo da Rodovia, a conclusão do trevo da Jacu-Pêssego, km 213 – SP, a implantação de telas antiofuscentes em SP e RJ e diversas obras de recuperação, reforço e alargamento em Obras de Artes Especiais.

Já em equipamentos e TI, tivemos as revitalizações dos Painéis de Mensagens Variáveis (PMVs) e de *Call Boxes*, além da segunda fase da implantação do documento fiscal de pedágio equivalente (exigência da Receita Federal para 2018).

2.2.7 Eventos Relevantes ao Mercado

Em 12 de março a Controladora CCR S.A. informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, a inclusão e identificação de membros ao Comitê Independente para apurar as denúncias veiculadas na mídia sobre supostas irregularidades em patrocínios esportivos entre os anos 2009 e 2012. Como empresa presente no Novo Mercado da B3, a controladora CCR S.A. pretendia assegurar que os trabalhos de investigação atendiam tanto à legislação brasileira quanto mais altos padrões internacionais de governança corporativa.

Em 20 de setembro a Companhia informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, o fato relevante referente a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, totalizando um montante de R\$ 60.000.

Em 10 de dezembro a Controladora CCR S.A. informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, que nesta data, o Conselho de Administração tomou conhecimento do resultado dos trabalhos de apuração conduzidos pelo Comitê Independente.

O Conselho de Administração diante dos fatos e recomendações apresentados, tomou todas as medidas visando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e da estrutura de governança corporativa da Companhia.

Relatório da Administração

Adicionalmente, diante dos fatos apresentados e providências já adotadas pela administração, a Companhia informa que não há pessoas envolvidas nas ilicitudes apuradas que nesta data sejam administradores da Companhia.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

2.3. Perspectivas

As perspectivas da Companhia para os próximos anos são otimistas. A expectativa é que a atividade econômica continue se recuperando, o que já tem se verificado em 2018. Com o crescimento econômico, aliado à estabilidade inflacionária e dos juros, espera-se um cenário favorável para o crescimento do tráfego e a manutenção dos custos operacionais e financeiros (endividamento) em patamares seguros.

A Companhia também se programa para a execução dos trabalhos que dizem respeito ao encerramento do atual contrato em 2021, em conformidade com o Contrato de Concessão vigente, pactuado junto à ANTT.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por dois membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor Operacional.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia.

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funciona de forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Guilherme Motta Gomes, endereçado na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ), km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico pode ser contatado no telefone (11) 2795-2411 ou pelo e-mail cvm.novadutra@grupoccr.com.br.

Conselho Fiscal

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei nº 6.404/76 (LSA). Atualmente,

Relatório da Administração

a Companhia não tem Conselho Fiscal instalado. Quando instalado, o Conselho Fiscal deve ser composto de quatro membros efetivos e de até quatro suplentes.

Para o exercício social de 2018, o Conselho de Administração propôs em Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 06 de abril de 2018, em não aprovar a instalação do Conselho Fiscal conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 19 do Estatuto Social.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço <http://ri.ccr.com.br/>.

3.2. Gestão de pessoas

A CCR, controladora da Companhia, acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2018, já somavam 15.285 pessoas.

Os programas relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, tais como Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estão em conformidade com a legislação.

Durante o ano de 2018 a Companhia realizou 07 treinamentos e capacitações internas para os seus 1.336 colaboradores diretos e indiretos, sendo que os principais assuntos abordados foram segurança do trabalho, meio ambiente, liderança, fiscal e atuação em audiências.

4. Sustentabilidade

A gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais é estratégica para o Grupo CCR, pois viabiliza a operação e melhoria das concessões de infraestrutura com respeito total às pessoas e cuidado com o meio ambiente. Com um portfólio diversificado de modais administrados, a Companhia evolui e reforça a sua capacidade de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Em sua estrutura de governança, o Grupo CCR conta com o Comitê de Estratégia e de Sustentabilidade, que, entre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração na identificação de temas críticos e mapeamento de boas práticas socioambientais da Companhia e *benchmarks* setoriais. Essa atuação é fortalecida pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade, responsável pela execução da estratégia de sustentabilidade em curto, médio e longo prazos.

As unidades que administram as concessões possuem Comitês de Sustentabilidade próprios, que atuam no sentido de estabelecer metas e desenvolver planos de ação direcionados para a atuação responsável e sustentável.

Criado em 2014, o Instituto CCR amplifica os impactos positivos que contribuem para o desenvolvimento social das comunidades nos municípios do entorno das concessões. Com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos

Relatório da Administração

Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso, PRONAS e PRONON), o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site em www.institutoccr.com.br.

4.1 Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, o Grupo CCR participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU);
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Carbon Disclosure Program (CDP);
- Global Reporting Initiative (GRI);
- Relato Integrado (IIRC).

Anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em www.grupoccr.com.br/ri2018.

A Companhia desenvolveu 24 projetos através de recursos próprios, ISS, Lei Rouanet, CMDCA, Lei do Idoso e Lei do Esporte. Dentre esses projetos, podemos destacar:

- Caminhos para a Cidadania: ação sócio educacional que surgiu em 2002, com foco em educação no trânsito. Participação de 128 mil alunos e 5.500 professores em 2018;
- Rugby: Promover através desta prática esportiva a inclusão social de crianças e jovens de bairros vulneráveis nos municípios margeados pela Via Dutra. Em 2018, incentivamos 08 projetos de Rugby em 06 municípios ao longo da Via Dutra;
- Campanhas: Realização de 14 Campanhas Institucionais com o intuito de promover o acesso a informação para o público interno e externo. Entre elas: Campanha do Agasalho, Maio Amarelo, Outubro Rosa e etc.

O Comitê de Sustentabilidade tem como missão transformar diretrizes corporativas em planos de ação e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Os principais destaques foram:

- Campanha de redução de consumo de energia: redução de 4,7% em relação a 2017;
- Campanha de redução de consumo de água: redução de 1,3% em relação a 2017;
- Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Concessionária e Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, no qual foram destinados aproximadamente 1.700 quilos de resíduos para locais devidamente licenciados.

Em 2018 foi realizado treinamento de identificação e manejo de animais silvestres com aproximadamente 150 colaboradores das áreas de interação com o cliente e centro de controle operacional. O treinamento teve como objetivo orientar os colaboradores sobre como identificar, manejar e remover animais domésticos e silvestres na área de domínio da rodovia, o curso ofereceu conteúdo teórico e prático aos participantes.

Relatório da Administração

4.2 Destaques do Período

Atendimento

A Companhia em sua operação, conta com 14 ambulâncias de resgate, 13 viaturas médicas de intervenção rápida, 1 moto de inspeção de tráfego, 15 viaturas de inspeção de tráfego, 25 guinchos leves, 8 guinchos pesados, 4 guinchos superpesados e 3 veículos de inspeções de caminhões.

Dentre os canais de relacionamento, citamos o Sistema de Atendimento ao Usuário, que registrou 284.445 atendimentos em 2018.

Pesquisas

A Companhia realizou diversas pesquisas durante o ano de 2018 através do Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR), totalizando o montante de R\$ 2.195 mil. Os principais destaques foram:

- A execução de um trecho experimental com a aplicação à frio de técnicas sustentáveis de reaproveitamento de material fresado;
- Emprego de agentes rejuvenescedores para reaproveitamento de grandes percentuais de fresado no concreto asfáltico usinado a frio;
- Emprego do compactador giratório SUPERPAVE para a dosagem das misturas asfálticas.

Além disso, o CPR atua no controle tecnológico das obras executadas na Rodovia. Em 2018 foram realizados 11.031 ensaios com a geração de 2.699 certificados.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Neste ano de 2018, marcado por realizações e conquistas, a Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As

Relatório da Administração

informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da *KPMG Auditores Independentes* (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Santa Isabel, 26 de março de 2019.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116/RJ/SP), KM 184,3/SP, Bairro Morro Grande, na cidade de Santa Isabel, estado de São Paulo.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto para o abaixo descrito:

1.1 Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente seriam submetidas ao Conselho de Administração, que deliberaria quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Notas Explicativas

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a controladora CCR S.A., respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a controladora CCR S.A., foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Ademais, a controladora CCR S.A. ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam se encerrado, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas.

Em 15 de outubro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia.

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“MP/SP”), que será posteriormente encaminhado para homologação judicial, pelo qual se comprometerá a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores serão pagos em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 em 1º de março de 2019, e o saldo remanescente em 1º de março de 2020. Com a celebração do Termo de Autocomposição, fica encerrado o Inquérito Civil PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018 (vide item 4.5 do Formulário de Referência da Companhia), conduzido pelo MP/SP, que tinha por objeto apurar certos fatos envolvendo a controladora CCR S.A e algumas de suas controladas. Os termos e condições do Termo de Autocomposição são sigilosos.

Em 07 de dezembro de 2018, foi divulgado pela controladora CCR S.A. Fato Relevante informando que as investigações conduzidas pelo Comitê Independente, constituído em 28 de fevereiro de 2018, foram encerradas em 05 de dezembro de 2018, e seu resultado foi comunicado ao Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2018. Referido resultado é sigiloso por abranger fatos tratados no Termo de Autocomposição.

O Conselho de Administração, diante dos fatos e recomendações apresentados e sem prejuízo das medidas já tomadas visando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e da estrutura de governança corporativa da controladora CCR S.A., deliberou, por unanimidade, que sejam tomadas imediatamente medidas relacionadas (i) ao aprimoramento dos controles internos e da estrutura de governança da controladora CCR S.A., inclusive no que se refere às políticas internas da controladora CCR S.A. e o seu Código de Ética; (ii) à criação de plano de trabalho para endereçar todas as recomendações apontadas pelo Comitê Independente, com uma avaliação detalhada de riscos relacionados às atividades da controladora CCR S.A. e suas subsidiárias e controladas, levando-se em conta o setor de atuação da controladora CCR S.A. e o nível de interação com o setor público; e (iii) ao monitoramento, em caráter permanente, do andamento de cada uma das medidas determinadas naquela data pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, no Fato Relevante, a controladora CCR S.A. informou que (i) não há pessoas envolvidas nas ilicitudes apuradas que, na data do referido Fato Relevante ainda sejam administradores da controladora CCR S.A. ou de empresas do Grupo CCR e que (ii) apresentará os resultados da investigação às autoridades públicas competentes e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos temas tratados.

Notas Explicativas

Em 13 de fevereiro de 2019, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante visando esclarecer aos acionistas sobre matéria divulgada na mídia acerca de suposto superfaturamento. A controladora CCR S.A. reiterou o conteúdo do Fato Relevante de 29 de novembro, inclusive quanto ao sigilo dos fatos apurados e dos termos e condições do Termo de Autocomposição, razão pela qual encontra-se impedida de fazer qualquer comentário quanto ao conteúdo da reportagem veiculada naquela data. Reiterou, ainda, os principais pontos do Fato Relevante de 7 de dezembro de 2018, sobre os resultados do Comitê Independente, e os próximos passos (acima detalhados). Por fim, destacou que continuará contribuindo com as demais autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados ao tema.

Adicionalmente, a Companhia e sua controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos fatos acima mencionados.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) *Receitas de contratos com clientes*

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na letra “q” desta nota.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços,

Notas Explicativas

os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na letra “q” desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- **Mensuração e desreconhecimento**

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no

Notas Explicativas

reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 18 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

Notas Explicativas

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse

Notas Explicativas

possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

Notas Explicativas

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Notas Explicativas

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e

Notas Explicativas

mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Notas Explicativas

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, como em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018, era de R\$ 170.346.

- **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	82.608	82.608
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	921	921

ii. *Impairment de ativos financeiros*

Substituí o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. *Contabilidade de hedge*

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto no momento de adoção da nova norma.

r) *Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas*

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do IFRS 16 produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em debêntures.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii)

Notas Explicativas

estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC33 / IAS19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 – várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 / CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 26 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 13 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 14 Provisão de manutenção
- 18 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Notas Explicativas

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Riscos de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (2) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 12 e 18.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Debêntures (a)	248.902	179.610
Fornecedores e outras contas a pagar	37.800	-
Fornecedores - partes relacionadas	40.403	-
Mútuos - partes relacionadas	15.545	-
Juros sobre capital próprio	23.804	-
Obrigações com poder concedente	1.470	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 282.857, substancialmente compostos por debêntures a pagar e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas nº 12 e nº 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	21.196	5.070
	<u>21.196</u>	<u>5.070</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	97.516	48.580
	<u>97.516</u>	<u>48.580</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 98,16% do CDI, equivalente a 6,27% ao ano (98,36% do CDI, equivalente a 9,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	10.234	9.270
Pedágio eletrônico (b)	79.176	73.568
	89.410	82.838
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(369)	(230)
	<u>89.041</u>	<u>82.608</u>

Notas Explicativas**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Crédito a vencer	88.813	82.262
Créditos vencidos até 60 dias	213	345
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	15	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	67	73
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	<u>302</u>	<u>157</u>
	<u>89.410</u>	<u>82.838</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para o negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	301.361	312.912
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(102.463)	(106.390)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis (a)	(1.091)	(1.682)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(923)	(513)
Incentivos relativos ao imposto de renda	2.739	4.109
Juros sobre capital próprio	9.522	10.415
Outros ajustes tributários (a)	<u>(4.167)</u>	<u>(140)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(96.383)</u>	<u>(94.201)</u>
Impostos correntes	(86.144)	(114.475)
Impostos diferidos	<u>(10.239)</u>	<u>20.274</u>
	<u>(96.383)</u>	<u>(94.201)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>31,98%</u>	<u>30,10%</u>

- (a) O valor inclui os efeitos do pagamento de R\$ 5.293 a título de IR e CS (incluindo multas e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	648	145	793	793	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	78	51	129	129	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	5.281	(856)	4.425	4.425	-
Variação cambial	544	(544)	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(20.495)	2.546	(17.949)	-	(17.949)
Constituição da provisão de manutenção	102.862	(16.615)	86.247	86.247	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(30.746)	4.809	(25.937)	65.594	(91.531)
Provisão para perda de investimentos	123	-	123	123	-
Outros	7	225	232	232	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	58.302	(10.239)	48.063	157.543	(109.480)
Compensação de imposto	-	-	-	(109.480)	109.480
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	58.302	(10.239)	48.063	48.063	-

	Saldo em 2017				
	2016	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	929	(281)	648	648	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	35	43	78	78	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	6.061	(780)	5.281	5.281	-
Variação cambial	(12.305)	12.849	544	544	-
Resultado de operações com derivativos	(12.180)	(8.315)	(20.495)	-	(20.495)
Constituição da provisão de manutenção	90.159	12.703	102.862	102.862	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(34.925)	4.179	(30.746)	79.197	(109.943)
Provisão para perda de investimentos	123	-	123	123	-
Demais provisões	131	(124)	7	7	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	38.028	20.274	58.302	188.740	(130.438)
Compensação de imposto	-	-	-	(130.438)	130.438
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	38.028	20.274	58.302	58.302	-

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários trechos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (g) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (h) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2017		2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.540	-	(16)	21	4.545
Máquinas e equipamentos	50.025	-	(70)	8.334	58.289
Veículos	33.396	-	(2.861)	5.095	35.630
Terrenos	2.074	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais	86.506	-	(17)	4.123	90.612
Imobilizações em andamento	19.276	20.248	-	(21.253)	18.271
	<u>195.817</u>	<u>20.248</u>	<u>(2.964)</u>	<u>(3.680)</u>	<u>209.421</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.439 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 917 em 31 de dezembro de 2017). A taxa média de capitalização em 2018, foi de 5,29% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 3,83% a.a. em 2017.

Notas Explicativas**Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3.372)	(372)	15	(3.729)
Máquinas e equipamentos	13	(34.266)	(8.321)	59	(42.528)
Veículos	25	(25.570)	(4.634)	2.392	(27.812)
Equipamentos operacionais	13	(68.973)	(7.872)	15	(76.830)
		<u>(132.181)</u>	<u>(21.199)</u>	<u>2.481</u>	<u>(150.899)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativo intangível**Movimentação do custo**

	2017		2018		
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47 / IFRS 15	Adições	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.668.148	(170.346)	-	199.783	2.697.585
Direitos de uso de sistemas informatizados	16.635	-	-	3.683	20.318
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.184	-	-	-	6.184
Intangível	<u>2.690.967</u>	<u>(170.346)</u>	<u>-</u>	<u>203.466</u>	<u>2.724.087</u>
Intangível em construção	<u>-</u>	<u>170.346</u>	<u>112.338</u>	<u>(199.786)</u>	<u>82.898</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 9.170 em 2018 (R\$ 7.395 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 5,29% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 3,83% a.a. em 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(1.568.116)	(320.843)		(1.888.959)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(13.813)	(1.635)		(15.448)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(6.179)	(5)		(6.184)
		<u>(1.588.108)</u>	<u>(322.483)</u>		<u>(1.910.591)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

12. Debêntures

Série	Taxas Contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2018	Vencimento Final	2018	2017
1. 4a Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2020	342.168	500.036 (b)
2. 5a Emissão - Série única	105,5% do CDI a.a.	N/I	96	78	Setembro de 2019	60.816	- (c)
				<u>78</u>		<u>402.984</u>	<u>500.036</u>
Circulante							
Debêntures						239.761	182.174
Custos de transação						(78)	-
						<u>239.683</u>	<u>182.174</u>
Não Circulante							
Debêntures						163.301	317.862
						<u>163.301</u>	<u>317.862</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2018</u>
2020	<u>163.301</u>
Total	<u>163.301</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 10 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, no valor nominal total de R\$ 610.000, atualizadas pelo IPCA e com juros remuneratórios de 6,4035% a.a.. Os pagamentos de juros vêm sendo realizados semestralmente desde 11 de maio de 2015 e as amortizações se iniciaram em 15 de outubro de 2016, o vencimento final da operação será em 15 de agosto de 2020.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,2. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4.

Na mesma data, foram firmados contratos de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 101,20% do CDI e 100,10% do CDI.

2. Em 20 de setembro de 2018, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, no valor nominal de R\$ 60.000 em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, para reforço de caixa da emissora. O vencimento será em 20 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

Os juros são equivalentes a 105,5% do CDI e serão pagos, juntamente com o principal, na data de vencimento.

O principal critério para vencimento antecipado é o não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures a partir do 6º mês, inclusive, ou seja, a partir de 20 de março de 2019, sem prêmio.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	2017		2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Cíveis	14.396	6.388	(3.204)	(6.946)	1.883	12.517
Trabalhistas	1.136	644	(1.207)	(434)	41	180
Tributários	-	292	-	-	25	317
Total	15.532	7.324	(4.411)	(7.380)	1.949	13.014

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2018	2017
Cíveis e administrativos	13.198	6.190
Trabalhistas e previdenciários	392	78
Tributários	-	19.650
	13.590	25.918

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 35.935 (R\$ 33.843 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

14. Provisão de manutenção

	2017	2018				
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	113.986	71.105	24.698	(136.011)	65.773	139.551
Não circulante	188.554	(10.586)	1.925	-	(65.773)	114.120
	<u>302.540</u>	<u>60.519</u>	<u>26.623</u>	<u>(136.011)</u>	<u>-</u>	<u>253.671</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54%, respectivamente.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 7.534, mediante a capitalização de parte do saldo da “Reserva Legal”, passando o capital social da Companhia de R\$ 392.376 para R\$ 399.910.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

Constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração e deliberado em AGO.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos do contrato de concessão.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos do exercício de 2017 no montante de R\$ 54.082, correspondente a R\$ 0,42 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2018.

Notas Explicativas

Em 26 de outubro de 2018, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 139.513, correspondente a R\$ 1,08 por ação ordinária, sendo R\$ 2.237 à conta parte dos lucros apurados em exercícios anteriores e R\$ 137.276 à conta parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 30 de setembro de 2018, com pagamento realizado em 26 de outubro de 2018.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 28.424, a serem aprovados na AGO de 2019.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	204.978
(-) Constituição de reserva legal	(10.249)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(1.025)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>193.704</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	48.426
Dividendos intermediários pagos	<u>137.276</u>

f. Juros sobre capital próprio

Em 21 de dezembro de 2018, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 28.005, relativo ao lucro do exercício que serão pagos até 31 de dezembro de 2019.

g. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	204.978	218.711
Denominador		
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais (em milhares)	128.766	128.766
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,59186	1,69851
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,59186	1,69851

Notas Explicativas

16. Receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de pedágio	1.350.917	1.297.371
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	105.036	108.365
Receitas acessórias	26.527	26.903
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	1.292	1.264
Receita bruta	<u>1.483.772</u>	<u>1.433.903</u>
Impostos sobre receitas	(119.768)	(115.055)
Devoluções e abatimentos	(266)	(244)
Deduções da receita bruta	<u>(120.034)</u>	<u>(115.299)</u>
Receita líquida	<u><u>1.363.738</u></u>	<u><u>1.318.604</u></u>

17. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(26.769)	(37.633)
Variação monetária sobre debêntures	(19.296)	(18.210)
Variação cambial sobre empréstimos	-	(12.078)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(26.623)	(29.083)
Perda com operações de derivativos	(41.703)	(52.539)
Capitalização de custos dos empréstimos	10.609	8.312
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value hedge</i>)	(5.776)	(20.619)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(974)	(1.496)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(4.183)	(2.110)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(7)	(1)
	<u>(114.722)</u>	<u>(165.457)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos	-	16.149
Variação monetária sobre debêntures	3.591	2.659
Ganho com operações de derivativos	50.817	54.554
Valor justo sobre financiamentos e debêntures (<i>fair value hedge</i>)	15.983	5.651
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.435	18.460
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	3	9
Juros e outras receitas financeiras	742	576
	<u>76.571</u>	<u>98.058</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(38.151)</u></u>	<u><u>(67.399)</u></u>

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Notas Explicativas

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos vincendos nos próximos 24 meses, de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2018			2017		
	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	21.196	-	-	5.070	-	-
Aplicações financeiras	97.516	-	-	48.580	-	-
Contas a receber	-	89.041	-	-	82.608	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	905	-	-	921	-
Contas a receber - operações com derivativos	62.758	-	-	80.276	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(342.168)	-	(60.816)	(500.036)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(37.795)	-	-	(44.224)
Obrigações com poder concedente	-	-	(1.470)	-	-	(1.408)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(40.408)	-	-	(37.347)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(14.810)	-	-	(14.825)
Juros sobre capital próprio	-	-	(23.804)	-	-	(26.037)
Total	(160.698)	89.946	(179.103)	(366.110)	83.529	(123.841)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da conta do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas, mútuo – partes relacionadas e juros sobre capital próprio** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** – Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 332.076 (R\$ 479.738 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado a seguir:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	332.076

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	97.516	48.580
Derivativos a receber/(a pagar)	62.758	80.276
Debêntures	(342.168)	(500.036)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
				Moeda local	2018	Moeda local	2018	Moeda local	Recebidos/Pagos	2018	Moeda local	Recebidos (recebidos)	2018
SEVAL													
Posição ativa	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 101,20% do CDI	310.019	310.019	171.147 (139.688)	250.110 (209.979)	13.248	(3.462)	31.459	40.131	-	4.576
Posição passiva	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 100,00% do CDI	310.019	310.019	170.871 (139.572)	249.842 (209.897)	13.384	(3.264)	31.299	40.145	-	4.538
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2018				620.038	620.038	62.758	80.276	26.632	(6.726)	62.758	80.276	-	9.114
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017									(31.192)				
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE										30.766	24.525		
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE										31.992	55.751		
TOTAL DAS OPERAÇÕES						62.758	80.276	26.632	(37.918)	62.758	80.276	-	9.114
													2.015

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Riscos cambiais	-	(11.404)
Riscos de juros	<u>9.114</u>	<u>13.419</u>
Total	<u><u>9.114</u></u>	<u><u>2.015</u></u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 4ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	332.076	(27.110)	(29.684)	(32.252)
Debêntures - 5ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Setembro de 2019	60.894	(2.964)	(3.705)	(4.446)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	(166.099)	17.263	18.920	20.577
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2020	139.583	(9.043)	(11.304)	(13.565)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	(165.837)	17.236	18.890	20.544
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2020	139.563	(8.941)	(11.176)	(13.411)
Aplicação financeira (Menkar II) ^{(4) e (7)}	CDI ⁽²⁾		9.535	590	738	885
Aplicação financeira (CDB) ^{(4) e (7)}	CDI ⁽²⁾		9.510	595	744	892
Aplicação financeira (CDB) ^{(4) e (7)}	CDI ⁽²⁾		717	43	54	65
Efeito líquido				<u>(12.331)</u>	<u>(16.523)</u>	<u>(20.711)</u>
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			6,40%	8,00%	9,60%
	IPC-A ⁽³⁾			3,75%	4,69%	5,63%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Notas Explicativas

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA); e
- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2018 esses compromissos estavam estimados em R\$ 225.667 (R\$ 305.522 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	-	3.781
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	3.781
Adições ao ativo intangível	-	(3.781)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(3.781)

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento.

	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e JCP a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo Inicial	(500.036)	(14.825)	(26.037)	80.276	(460.622)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	(59.904)	-	-	-	(59.904)
Pagamentos de principal e juros	189.223	989	-	-	190.212
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	(26.632)	(26.632)
Dividendos pagos	-	-	223.833	-	223.833
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	129.319	989	223.833	(26.632)	327.509
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(42.474)	(974)	-	-	(43.448)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	10.207	-	-	9.114	19.321
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(221.600)	-	(221.600)
Total das outras variações	(32.267)	(974)	(221.600)	9.114	(245.727)
Saldo Final	(402.984)	(14.810)	(23.804)	62.758	(378.840)

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho da Administração

Eduardo de Toledo
Arthur Piotto Filho
Paulo Yukio Fukuzaki

Presidente do CAD
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes
Sami Farah Junior

Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Isabel - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1, às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Comitê de Investigação Independente da sua controladora CCR S.A., em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, concluiu em 05 de dezembro de 2018 as investigações relacionadas aos assuntos citados na referida nota explicativa e, seu resultado, foi comunicado ao Conselho de Administração da sua controladora CCR S.A.. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, foi celebrado pela Companhia e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, ainda não homologado judicialmente.

Por abrangerem fatos e informações protegidas por segredo de justiça, a Companhia e sua controladora CCR S.A. não puderam nos apresentar a totalidade da documentação suporte e, conseqüentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 2(i) e 13 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2018 e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

– Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Santa Isabel/SP, 26 de março de 2019.

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SAMI FARAH JUNIOR

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Santa Isabel/SP, 26 de março de 2019.

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SAMI FARAH JUNIOR

DIRETOR OPERACIONAL